NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 16/Jun

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2586/2021

Diretores do Sindivigilante Sergipe, se reúnem com o presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe(Alese)

O presidente do Sindivigilante Sergipe, o senhor Reginaldo Gonçalves acompanhado de mais dois diretores da nossa entidade Sindical, estiveram reunidos com o presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, o senhor Luciano Bispo, em busca de uma solução para conseguir a vacina para os profissionais da segurança privada do estado de Sergipe.

Durante a visita, os nossos diretores relataram as dificuldades que a nossa classe vem enfrentando durante essa pandemia, já que as nossas atividades se trata de serviços essenciais e que estamos também na linha de frente no combate ao COVID-19.

O deputado e atual presidente da ALESE o senhor Luciano Bispo, os ouviu atentamente e a conversa foi bem produtiva.

Ao final da reunião, o presidente do Sindivigilante Sergipe o senhor Reginaldo Gonçalves, deu entrevista para a imprensa da casa, relatando as nossas dificuldades e agradecendo pela a oportunidade que nos foi dada. Queremos agradecer ao senhor Luciano Bispo, por ter nos recebido e ouvido as reivindicações da nossa classe.

Unidos Somos Fortes!

ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

PAGAMENTO DE PROCESSO
GUARDIÕES/BB: CHEQUE PRONTO PARA MAIS 7 COLEGAS EX-GUARDIÕES/BB
TODOS DE JAGUAQUARA, MUCUGE, MARACAS E IBITIRA

Começamos a semana com a disponibilização dos cheques de mais 7 colegas Ex-Guardiões/Banco do Brasil, todos com domicilio laboral nas cidades de Jaguaquara, Maracás, Mucugê e Ibitira.

Este crédito é parcial, mas é o inicio da consolidação da conquista destes colegas.

A Guardiões foi uma caloteira Pernambucana, que entrou em processo de falência formal (processo). O Sindicato e a categoria lutam pela responsabilização do Banco, contratante e co-responsável.

Os colegas listados a seguir já podem entrar em contato com o Sindicato para habilitação e recebimento dos seus créditos. Tenha em mãos o RG, CPF, PIS, CTPS (pagina da foto, verso e pagina do contrato Guardiões) e Prova de Residência.

É luta.

É conquista para quem tem fé na luta!

Parabéns.

PROCESSO 1336.2014.37ª

SINDVIGILANTES/BA X GUARDIÕES/BB

- ADENILSON ASSIS LIMA
- ELVIS JOSE DE JESUS SILVA
- GENEBALDO MARINHO ROCHA
- IRISNALDO GOMES DE NOVAES
- JOÃO DOS SANTOS PIRES
- MARIO SERGIO FERREIRA DA SILVA
- SEBASTIÃO GONÇALVES NETO

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

MISS SEGURANÇA 2020

Atendendo ao convite do presidente do sindivigilantes, Edimar de oliveira campos, a vigilante patrimonial Rosimeire de Freitas de 32 anos, vigilante na empresa do grupo sei, vencedora do miss segurança 2020, esteve hoje na sede do sindicato em Linhares/ES.

Esbanjando simpatia e beleza, a miss disse que se orgulha muito deste título e irá representar com muita responsabilidade, a jovem nos contou que está muito feliz, e quer aproveitar a visibilidade do momento para agregar valor e enaltecer a segurança privada feminina.

Sabemos que o número de segurança feminina é bem pequeno, que nem sempre há o reconhecimento do serviço, numa área que grande maioria é serviço masculino, mas que sim, as mulheres podem e exercem a função tão bem quanto.

Com grande alegria que nós do sindivigilantes recebemos e parabenizamos a Rosimeire por esse título, é merecedora sim, uma verdadeira miss.

Fonte: sindivigilantes es

Centrais convocam mobilização para 18 de junho e apoiam ‘fora, Bolsonaro’ no dia 19

Em nota, centrais convocam mobilizações nos locais de trabalho e falam em construção de maioria sustentável contra Bolsonaro e sua política de morte

A CUT e as centrais Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Inersindical, CGTB, Pública divulgaram nota nesta quarta-feira (9) convocando a classe trabalhadora para mobilizações nos locais de trabalho no dia 18 e em apoio aos atos marcados para o dia 19.

De acordo com a nota, o que motiva as mobilizações são as crises econômica, sanitária, política e social sem precedentes na história do Brasil.

Trecho da nota diz que “torna-se fundamental mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras, a partir de seus locais de trabalho para a luta em defesa do auxílio emergencial de R$ 600, contra a fome, contra a carestia, por vacina já para todos, pela extensão do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, contra a reforma administrativa (PEC 32/2020), em defesa da Agenda Legislativa das Centrais, que está no Congresso Nacional, e pelo Fora Bolsonaro”.

A nota diz, ainda, que as mobilizações de 18 de junho também servirão à orientação sobre a importância de trabalhadores e trabalhadoras cumprirem protocolos sanitários no dia seguinte, 19 de junho, durante protesto nacional contra o presidente Bolsonaro”.

Confira aqui a íntegra da nota.

NOTA CUT e demais centrais convocam mobilização para 18 de junho e apoiam Fora Bolsonaro no dia 19 Mobilizar os trabalhadores nos locais de trabalho e construir maioria sustentável contra Bolsonaro e sua política de morte Neste contexto de crise econômica, sanitária, política e social sem precedentes na história do Brasil, torna-se fundamental mobilizar os trabalhadores e as trabalhadoras, a partir de seus locais de trabalho, na luta:

♦ Em defesa do auxílio emergencial de R$ 600,00 ♦ Contra a fome ♦ Contra a carestia ♦ Por vacina já para todos ♦ Pela extensão do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda ♦ Contra a reforma administrativa (PEC 32/2020) ♦ Em defesa da Agenda Legislativa das Centrais, que está no Congresso Nacional ♦ Pelo Fora Bolsonaro Para pressionar por essa pauta, as Centrais Sindicais - CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, CSP-Conlutas, Inersindical, CGTB, Pública - decidiram realizar, no próximo dia 18 de junho, em âmbito nacional, mobilizações nos locais de trabalho e terminais de transporte público. Serão feitas assembleias, atos, panfletagens e paralisações pontuais, sob total respeito a todos os protocolos sanitários para evitar propagação do Coronavírus. As mobilizações de 18 de junho também servirão à orientação sobre a importância de trabalhadores e trabalhadoras cumprirem esses protocolos sanitários no dia seguinte, 19 de junho, durante protesto nacional contra o presidente Bolsonaro. As Centrais Sindicais apoiam o protesto de 19 de junho. A pandemia de Coronavírus, que já tirou a vida de quase meio milhão de brasileiros e brasileiras ante a incompetência do governo federal, segue um risco à população, que deve evitar aglomeração durante protestos e manifestações. Porém, é preciso dar capilaridade às mobilizações envolvendo todos os trabalhadores e trabalhadoras na luta dos sindicatos e das demais organizações populares para avançarmos na construção de um país democrático e no combate à prática de destruição das nossas instituições e dos nossos direitos adotada pelo governo federal. Faz parte do combate ao desgoverno Bolsonaro repudiar o obscurantismo, o negacionismo e as fake news e disseminar entre os trabalhadores e trabalhadoras a conscientização da gravidade da pandemia, bem como informações para que todos possam proteger a vida, não só a própria, como a de todos.

Escrito por: CUT Nacional

Proposta dispensa entidades sem fins lucrativos de licenças e alvarás

Proposta permite que essas entidades sejam classificadas como atividades econômicas de baixo risco

Cleia Viana/Câmara dos Deputados

Francisco Jr.: é preciso regulamentar atividades de baixo risco

O Projeto de Lei 1113/21 determina que as entidades sem fins lucrativos serão classificadas como atividades econômicas de baixo risco quando da aplicação da Lei da Liberdade Econômica por estados, Distrito Federal e municípios.

A proposta em tramitação na Câmara dos Deputados insere dispositivo naquela lei, pela qual é direito de todos desenvolver atividade econômica de baixo risco sem a necessidade de quaisquer atos públicos de liberação quando for utilizada exclusivamente a propriedade privada (própria ou de terceiros consensuais).

"Entidades sem fins lucrativos têm ocupado e desempenhado papel cada vez mais importante, mas estão sujeitas a um conjunto de exigências legais em face da alta formalidade no País", disse o autor, deputado Francisco Jr. (PSD-GO).

"A maioria dos estados e municípios ainda não regulamentou as atividades de baixo risco", continuou ele, referindo-se à isentas de taxas, licenças e alvarás. "A proposta conferirá agilidade no caso das entidades sem fins lucrativos", disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Agenda das centrais com propostas para o país será debatida na Câmara dos Deputados

Proposta permite que essas entidades sejam classificadas como atividades econômicas de baixo risco

Drone/Jean Maciel

Em 26 de maio, centrais sindicais fizeram manifestação em Brasília e apontaram algumas das prioridades neste momento do país

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (15) requerimento para realização de audiência pública sobre a Agenda Legislativa das centrais sindicais.

Elaborado em parceria com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o documento foi entregue em 26 de maio ao vice-presidente da Casa, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), depois de ato na Esplanada dos Ministérios.

Assessor do Fórum das Centrais e ex-diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio lembra que o primeiro item da pauta é a manutenção do auxílio emergencial no valor de R$ 600 e para todos os atingidos na primeira fase. "Essa medida é essencial para oferecer condições para os trabalhadores resistirem às consequências do isolamento e paralisia de muitas atividades econômicas", afirma. "A lentidão da vacinação exige que o auxílio tenha duração maior que os quatro meses previstos."

Além disso, as centrais sindicais pedem medidas de proteção para empregos e salários, no sentido contrário da flexibilização e precarização dos direitos trabalhistas. Mas Clemente observa que a proposta vai além de questões pontuais.

Projeto nacional

"Com a Agenda, procura-se participar do debate qualificado no Congresso Nacional para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento que, na perspectiva sindical, dê centralidade à geração de empregos de qualidade, ao crescimento dos salários, à proteção laboral e social, ao combate da pobreza e das desigualdades", sustenta.

"Espera-se que o aumento da produtividade oriunda da educação, ciência, tecnologia e inovação seja bem distribuído. Que o Estado articule estratégias de desenvolvimento que promova o bem comum e a qualidade de vida para todos, com sustentabilidade ambiental", destaca.

Assim, o requerimento aprovado hoje é de autoria dos seis deputados do PT que integram a Comissão de Trabalho. Ainda não há data definida para a realização da audiência.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

Brasileiro está mais pobre, triste e estressado, segundo estudo da FGV

De acordo com estudo do Centro de Políticas Sociais da fundação, a Covid-19 deixou o Brasil mais desigual e pobre. E índice de satisfação do brasileiro registrou o menor índice da série histórica

ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

A crise e econômica, agravada pela pandemia do novo coronavírus, que deixou milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados e informais sem renda, aliada a falta de políticas públicas efetivas e propostas concretas para aquecer a economia e gerar emprego, aumentou a desigualdade de renda, derrubou o rendimento médio do trabalho e deixou os brasileiros mais infelizes.

Estudo de Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social), publicado no jornal Valor Econômico, comprova que os brasileiros estão mais tristes, estressados e com mais raíva.

Uma medida geral de felicidade obtida a partir do levantamento da Gallup World Poll mostra que, numa escala de 0 a 10, a satisfação do brasileiro ficou em 6,1 no ano passado,

uma queda de 0,4 ponto percentual ante 2019, atingindo o menor ponto da série histórica.

A média de 40 países aponta que a percepção de felicidade ficou estagnada de 2019 a 2020: de 6,02 para 6,04. A pesquisa inclui nações como Áustria, China e Zimbábue.

Os mais infelizes, claro, são os mais pobres que mais estão sofrendo as consequências do agravamento da crise econômica e da falta de políticas efetivas do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) para ajudar os mais vulneráveis, gerar emprego e renda, vacinas toda população para a economia voltar a crescer. E para piorar, em setembro do ano passado, Bolsonaro reduziu o valor do auxílio emerencial aprovado pelo Congresso Nacional de R$ 600 para 300. Este ano, depois de três meses sem pagar o benefício, reduziu mais ainda e passou a pagar entrre R$ 150 e R$ 375 reais e ainda para apenas metade as pessoas que receberam em 2020.

Neste cenário, o estudo da FGV mostra que a queda geral da satisfação foi puxada pelos 40% mais pobres e o grupo intermediário, entre os 40% a 60% mais pobres. Já nas duas camadas acima, a avaliação ficou praticamente igual de um ano a outro.

"A nota média de felicidade dos 40% mais pobres fica em outro patamar (5,5) em relação aos grupos de renda mais alta, todos acima de 6, chegando a 6,9 nos 20% mais ricos. A diferença entre os extremos era de 7,9% em 2019 e sobe para 25,5% na pandemia", disse Neri ao jornal, destacando que o dado é consistente com a disparidade no mercado de trabalho.

Brasileiros estão mais preocupados, com mais raiva, estresse e tristeza

O agravamento da crise gerou ainda uma onda de emoções negativas entre os brasileiros, relatava a reporetagem. Também de 2019 a 2020, aumentou de 56% para 62% a fatia de brasileiros que disseram estar preocupados, enquanto a média de 40 países aumentou só 2,4 ponto, de 38,5% para 40,9%.

Os brasileiros disseram ter sentido mais raiva (24%), estresse (47%) e tristeza (31%).

Desigualdade

Ainda segundo a reportagem, a renda média per capita recuou pela primeira vez abaixo de R$ 1 mil mensais, para R$ 995 no primeiro trimestre de 2021, ainda segundo o estudo. O dado caiu 11,3% ante um ano antes, quando estava em R$ 1.122, o maior nível da série iniciada em 2012.

O estudo da FGV Social considera a renda efetivamente recebida do trabalho dividida pelos integrantes da família, e usa os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a renda do trabalho na população em idade ativa, considerando os desocupados, caiu 10,89% entre os primeiros trimestres do ano passado e deste ano. Entre a fatia dos 50% mais pobres, o recuo foi o dobro, de 20,81%. Para a população em geral, a queda na taxa de participação no mercado de trabalho respondeu por mais de 80% do recuo na renda. Já entre os mais pobres, o aumento da taxa de desemprego teve peso maior.

FONTE:RBA

Amicus curiae questiona argumentos do governo em julgamento da 'revisão da vida toda'

O julgamento da chamada "revisão da vida toda" pelo Supremo Tribunal Federal continua provocando discussões, especialmente sobre seus efeitos nas contas do governo. Os ministros discutem se haverá permissão para que aposentados usem todas as suas contribuições previdenciárias, inclusive as recolhidas antes da instituição do Plano Real em 1994, para recalcular os valores dos benefícios

Impacto será menor que o calculado pelo governo, aponta entidade

A votação está empatada, com cinco votos para cada lado, restando a manifestação do ministro Alexandre de Moraes.

O Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), entidade que defende os direitos dos pensionistas e atua como amicus curiae no processo, preparou uma nota técnica contestando os argumentos do governo.

De acordo com a entidade, os dados econômicos apresentados pelo Ministério da Economia na Nota Técnica SEI 4921/2020 apontam para um montante de R$ 46,4 bilhões ao longo de 10 anos, em valores reais de 2020, caso a "revisão da vida toda" seja aprovada pelo STF. Esse valor seria o resultado de gastos derivados de R$ 3,6 bilhões no ano de 2020, acrescido de R$ 16,4 bilhões com os pagamentos de prestações passadas e mais R$ 26,4 bilhões com o pagamento de prestações futuras.

"É importante pontuar que possivelmente o alcance econômico da tese da 'revisão da vida toda' não chegue a tanto. Vale ressaltar que as ações revisionais contra o INSS se sujeitam a um prazo de decadência de 10 anos, isto é, perde-se o direito a ajuizá-las a partir de 10 anos do início do recebimento do benefício previdenciário que se pretende reajustar, nos termos do art. 103, da Lei 8.213/91", salienta a entidade.

Além disso, nota que a revisão se submete a um prazo de decadência decenal, ou seja, se o primeiro recebimento de benefício já possui 10 anos, o aposentado não poderá mais ajuizar a ação. Por fim, deve ser levado em conta o prazo prescricional de 5 anos em relação às prestações em atraso.

O instituto também argumenta que a 'revisão da vida toda' consiste em uma tese previdenciária bastante excepcional. "Não se trata de uma ação previdenciária corriqueira, pois será vantajosa apenas e tão somente para o segurado que ganhava mais no início do seu período contributivo e menos nos períodos mais recentes; em regra, porém, ocorre o contrário do que a tese da revisão da vida toda contempla: no mercado de trabalho, os salários costumam começar menores e vão aumentando ao longo da a vida laboral, não o contrário."

Do ponto de vista da instrução probatória, o Ieprev registra que a prova dos salários-de-contribuição mais antigos cabe ao segurado e, se em uma ação judicial com o objetivo da 'revisão da vida toda' exige-se que o aposentado apresente no processo documentos com cerca de 4 décadas, é muito frequente que os segurados não tenham como comprovar tais salários-de-contribuição, pois muito provavelmente não possuirão os holerites e guias de recolhimento.

FONTE: Revista Consultor Jurídico - Severino Goes

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF